

O ESTRANGEIRO NA ORDEM DO DISCURSO
SUJEITO E PODERDenise Gabriel Witzel¹João Marcos Mateus Kogawa²

RESUMO: Este trabalho busca interpretar alguns efeitos identitários em *O Estrangeiro*, de Albert Camus. A partir das formulações de Michel Foucault, que apontam a relação entre discurso, sujeito e poder, desenvolvemos um percurso analítico concentrado nos discursos enunciados que, ao subjetivarem o criminoso, identificam-no como um sujeito monstruoso. Para tanto, mobilizamos prioritariamente as séries enunciativas que marcam a indiferença e a insensibilidade na relação mãe e filho, além daquelas que delineiam o ateísmo e o ceticismo do enunciator-personagem. Finalmente, damos visibilidade aos efeitos de sentido que expõem as marcas identitárias que excluem e condenam o sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: discurso, estrangeiro, monstruosidade, subjetividade.

ABSTRACT: This paper aims at interpreting some of the identitary effects in *The Stranger* by Albert Camus. The analysis is in line with Michel Foucault's thoughts, which point toward the relationship between discourse, subject and power. Thus, this paper focuses on the enunciated discourses that subjectify the criminal and identify him as a monstrous subject. To this intent, the priority is to mobilize the enunciative series that signal the indifference and insensibility in the relationship between mother and son, as well as the series that delineate the enunciator-character's atheism and skepticism. Finally, this study provides visibility to the effects of meaning, which expose identity marks that exclude and condemn the subject.

KEYWORDS: discourse, stranger, monstrosity, subjectivity.

Peço-vos a cabeça deste homem – disse, e é sem escrúpulos que vos dirijo este pedido. Pois no decorrer da minha longa carreira tem-me acontecido pedir a pena capital, mas nunca como hoje eu senti este penoso dever tão compensado, equilibrado, iluminado pela consciência de um mandamento sagrado e imperativo e pelo horror que sinto diante de um rosto humano onde nada leio que não seja **monstruoso**. (CAMUS, 1987, p.29, *grifo nosso*)

INTRODUÇÃO

Considerada uma das principais obras no cenário da literatura universal, *O Estrangeiro*, de Albert Camus, inscreve-se numa instigante rede de significações em cuja trama evidencia-se certo confronto da irracionalidade do mundo com o desejo de clareza e racionalidade que se encontra no homem. Para compreender os processos de apreensão e de produção dos sentidos nessa obra, especialmente os que permitem descrever

¹ Professora do Dep. de Letras e do Programa de Pós Graduação em Letras (Mestrado) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Guarapuava – PR. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp – FCLAr, com estágio doutoral na *Université Louis Lumière*, (Lyon II-França) Contato: denisewitzel@uol.com.br

² Professor do Dep. de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO – Guarapuava - PR. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp – FCLAr. com estágio doutoral na *Université Sorbonne Nouvelle* (Paris III). Contato: imkogawa@gmail.com

tal confronto, o leitor é instado a ascender à discursividade, ou seja, à não-evidência e à não-literalidade do dizer para ali interpretar efeitos de sentido e de sujeito que, fundamentalmente, tratam da ontológica necessidade de as pessoas pertencerem a grupos e de possuírem alguma consciência, ainda que ilusória, desse pertencimento e de si mesmas como individualidades em relação aos grupos sociais.

Seguindo essa linha de raciocínio e acionando conceitos essenciais da arqueogenealogia de Michel Foucault³, mais precisamente suas formulações em torno do discurso, do sujeito e do poder, propomos este trabalho com o propósito de refletir sobre o funcionamento discursivo da escrita de Camus, na obra em questão, focalizando a dinâmica que dá relevo a simulacros de identidades do sujeito *estrangeiro*. Seguiremos um trajeto de análise e reflexão guiado pelo pensamento foucaultiano acerca da relação inescapável entre sujeito-poder-saber, ou seja, pelo fato de que, no encontro da língua com a história, é possível depreender movimentos de sentido sobre a exclusão do diferente que fazem com que o sujeito narrativizado se volte para si mesmo, ligando-o à sua própria identidade de um modo coercitivo. Quer dizer, o sujeito assume certa posição enunciativa independentemente de sua vontade.

Nesse movimento de identificação, destacam-se os discursos do *outro* sobre o sujeito criminoso e, por extensão, sobre o monstruoso, atualizando, de maneira descontínua e heterogênea, saberes arregimentados sobre a anormalidade, sobre a indisciplina dos corpos. São saberes que impõem ao sujeito o que ele deve fazer e como ele deve agir para se constituir como um sujeito normal. A desobediência, além de implicar exclusão social, produz o grotesco, o monstro.

A noção de monstrosidade, segundo Foucault (2002), associa-se ao desajuste e aos desvios de condutas; considera-se monstro o sujeito que vai de encontro às leis que arregimentam objetos, modalidades enunciativas, conceitos e escolhas temáticas, transgredindo aquilo que pode ser dito/enunciado/feito em certas práticas discursivas. Comportamentos desviantes, enfrentamentos, defeitos são marcas que nos levam a pensar em um feixe de relações normativas, que atravessam o tempo e permanecem na atualidade (re)produzindo práticas discursivas identitárias, tal como será possível apontar na escrita camusiana.

DISCURSO, SUJEITO E PODER NA ANALÍTICA FOUCAULTIANA

Sob o ponto de vista arqueológico, não é possível falar em interpretação sem antes ter claro que não se deve reduzir o discurso a textos cuja escrita seria lida a partir da sua estrutura interna, como se nada existisse fora dela. Também não é possível conceber a história como conteúdo e como fonte unívoca de interpretação. Com efeito, nada existe no documento, sob o documento ou por trás dele; não existem sentidos ocultos no que está aparente, tampouco uma verdade a ser desvelada; o que há são enunciados e relações. Isso significa que não se visa encontrar, além dos enunciados, a intenção de um sujeito, “o que ele quis dizer”.

Trata-se de descrever e analisar, no campo discursivo, “o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites [...], de estabelecer suas relações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui”. Para compreender por que e como exclui qualquer outro, por que ocupa um lugar que nenhum outro poderia ocupar, coloca-se a seguinte questão face ao documento que se dá a ler: “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (FOUCAULT, 2007, p 31).

³ Importante ressaltar que lançaremos mão do arcabouço teórico foucaultiano para pensar o lugar subjetivo do sujeito Meursault. Não se trata, portanto, de identificar os pontos de vista filosóficos dos dois autores.

Em suma, sob o crivo arqueológico, o enunciado é entendido como a unidade elementar do discurso, seu átomo; nem a língua e nem o sentido podem esgotá-lo inteiramente. Embora seja único, está aberto à repetição, à transformação e à reativação.

Diferentemente dos atos de fala e mesmo das palavras, frases ou proposições, o enunciado, porque situado no discursivo, não é totalmente visível nem totalmente oculto. Daí ele não ser isolado na horizontalidade da cadeia sintagmática como uma unidade reconhecida pela gramática e pela lógica. Para descrevê-lo, é preciso definir as condições nas quais se realizou a função que resultou em uma série de signos (não sendo necessariamente gramatical nem logicamente estruturada), com uma existência específica. Em seu modo singular de existência, que o faz aparecer não como um traço, mas como algo que se refere a objetos e a sujeitos, o enunciado entra em relação com outras formulações.

Descrever o enunciado implica considerar fundamentalmente o sujeito, que não é o sujeito gramatical, tampouco aquele idêntico ao autor da formulação. Diante de um texto/discurso, não se depara com a manifestação de um sujeito, mas com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade. Assim, o sujeito do enunciado é

[...] uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, uma série de enunciados, diferentes posições e assumir diferentes sujeitos. (FOUCAULT, 2007, p.105)

Esse lugar a ser ocupado por um sujeito é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, na medida em que constitui um dos traços exclusivos da função enunciativa. Por isso, “descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (2007, p.108). Daí se concluir que uma frase, uma proposição ou um conjunto de signos podem ser considerados enunciados, desde que seja possível assinalar uma posição de sujeito.

“As posições de sujeito se definem [...] pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 2007, p. 58). À luz dessa afirmação, entende-se que tanto o discurso quanto o sujeito é disperso e suas manifestações são apreendidas nos “diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que o sujeito pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala” (FOUCAULT, 2007, p. 61). Lugares, posições incontornavelmente relacionados às práticas discursivas e estas à ideia de que o discurso é um espaço que acolhe vários lugares, além do sujeito disperso.

Eis, portanto, os pontos basilares que nos permitem analisar o discurso em *O Estrangeiro* na regularidade da formação discursiva que o engendra e no exercício da função enunciativa que o constitui. Existe uma “ordem do discurso” nessa obra que põe em evidência mecanismos de organização do real (práticas, saberes e estratégias), no cerne da reciprocidade entre resistência e poder. Em decorrência, é possível apreender deslizamentos de sentidos relacionados a imposições institucionais e normativas que regulam a emergência dos enunciados e edificam os movimentos identitários do sujeito-enunciador-criminoso-monstro.

Vale, pois, atentarmos para o fato de que, segundo Foucault, ao se firmar uma identidade (do não louco, do não criminoso, por exemplo), segrega-se o diferente, condenando-o à reclusão, ao esquecimento e, não raro, à morte. Assim, o filósofo propõe pensar num jogo de poder-resistência que surge com a modernidade, produzindo oposições hierarquicamente bem definidas em nossa sociedade, como o poder de um juiz sobre o réu (bem como do padre sobre o (in)fiel, dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o doente mental, da medicina sobre a população etc.).

Para ele, os mecanismos de poder microfisicamente presentes em nossa vida cotidiana são individualizantes. Trata-se de um poder que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, fixa-o a uma identidade própria, impõe-lhe uma lei de verdade, que deve ser reconhecida e que os outros têm que reconhecer nele. “É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Subjetivação que se dá mediante dois modos e define dois significados para o termo sujeito: tanto se pode estar sujeito a alguém pelo controle e dependência quanto preso à sua própria identidade por uma consciência e autoconhecimento. Em ambos os casos, o poder subjuga e subjetiva (FOUCAULT, 1995).

Com vistas, portanto, a explorar regularidades enunciativas e dimensões históricas que, na materialidade constituída no texto de Camus, implicam processos de subjetivação, mais particularmente os mecanismos de controle e de produção da monstruosidade, atentaremos na sequência para a tradição, rupturas e historicidade constitutivas de discursos que se valem, explícita ou implicitamente, dos modelos legitimados de relações sociais. Na sequência, passaremos a mirar, no julgamento de Meursault, as condições de emergência de enunciados que, sustentando saberes sobre o lugar da mãe e do filho, (re)produzem outros enunciados inscritos na memória coletiva, desencadeando um movimento de identificação que simbolicamente insere os sujeitos em uma comunidade imaginada ou desejada.

O ESTRANGEIRO

A descrição/interpretação dos enunciados que ora propomos não pode prescindir de um retorno, ainda que breve, a alguns elementos do romance que há muito despertam interesse de filósofos, psicólogos, críticos literários, músicos, cineastas, enfim, todos os que se interessam pela narrativa desmistificadora de importantes valores enraizados no imaginário social. Valores que apontam para o “absurdo” e para o “descaso”. Tendo em conta o conjunto da obra de Camus, o leitor se depara com um discurso forçosamente atrelado à espessura histórica dos acontecimentos que marcaram a primeira metade do século XX, principalmente os efeitos da guerra, da fome, da miséria associados às práticas nazifascistas.

Publicado em 1942, na França, *O Estrangeiro* conta a história de Meursault, um personagem argelino que leva uma vida de indiferença. O livro começa anunciando a morte de sua mãe que vivia em um asilo fora de Argel. “Hoje, mamãe morreu. Ou talvez, ontem, não sei bem. Recebi um telegrama do asilo: ‘Sua mãe faleceu. Enterro amanhã. Sentidos pêsames’” (CAMUS, 1987, p.9). Não é revelado nada sobre o dia, a causa da morte, tampouco sua idade. São os desdobramentos da relação de Meursault com a mãe que ganharão, no desenvolvimento da narrativa, contornos de bizarrices evoluindo para a monstruosidade.

A morte da mãe, assim como seu relacionamento com Marie ou com qualquer outro personagem da narrativa, não parece interessá-lo, emocioná-lo ou incomodá-lo. Acreditando estar sendo ameaçado por um árabe em uma praia deserta, ele o mata justificando com a explicativa: “porque fazia calor”. Esse personagem que vivia sempre orientado pela expressão “tanto faz”, desestabilizava-se somente sob o efeito do

calor. É, pois, a partir do momento em que o calor insuportável desencadeia o assassinato que se instaura no romance o acontecimento que vai transformar sua existência em um drama, possibilitando a criação discursiva do sujeito monstruoso.

A segunda parte dá relevo às consequências de sua indiferença e destaca a alteridade como elemento fundamental na constituição identitária. Quem é Meursault aos olhos do advogado, do juiz, do promotor, das testemunhas? São esses dizeres que, ao definirem as características identitárias do protagonista, conduzem-no à condenação. A pena de morte que lhe foi imputada não resultou, certamente, porque ele havia matado um árabe, mas porque havia vivido à margem: não se importava com a morte da mãe e negava a existência de Deus; não se importava com nada nem ninguém. Em suma: Meursault foi executado em praça pública, não em decorrência do que ele fez, mas em decorrência do que ele era. E é justamente por essa constituição identitária que nos interessamos, particularmente pela identidade desse personagem forjada nas tramas de enunciados que, se por um lado, estão ligados ao gesto de escrita de Camus, por outro, estão ligados a outros enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2007).

Considerando, como já assinalado, que o exercício da função enunciativa é determinado por um conjunto de regras anônimas e históricas, passíveis de dar ao discurso um caráter de prática, passaremos a dar visibilidade a regularidades enunciativas que, na construção do sujeito condenado, rememoram discursos sobre a criminalização do indivíduo.

A INDIFERENÇA COMO METÁFORA DA MORTE

Ao nos depararmos com o romance de Camus, é inegável a presença massiva da repetibilidade. Repetibilidade que se mostra, dentre outras formas, pela recorrência de determinados enunciados que nos permitem visualizar um lugar subjetivo determinado pelo vazio, pela ausência de afeto. Entendemos por afeto a inexistência de disponibilidade para o engajamento passional que se materializa em formas linguísticas bem precisas e sobre as quais nos deteremos adiante.

Sob esse prisma, o eixo central de nossa leitura é justamente essa posição subjetiva de recusa afetiva do personagem principal. Com efeito, é devido a esse lugar que podemos atribuir sentido às ações propriamente ditas do personagem que se mostram assim como manifestações empíricas dessa condição inicial.

A justificativa para uma abordagem que toma a posição de Meursault como fundamento é que toda a narrativa é apresentada a partir da sua ótica, não havendo, portanto, outra voz que destoe da dele fora da própria voz emitida por ele. Sendo assim, a oposição que se estabelece entre vida e morte (oposição fundamental de base) ganha materialidade através da voz da personagem principal e, notadamente, pela recorrência, em sua fala, de termos desprovidos de engajamento passional dos quais extraímos: **tanto faz, indiferente, que me importava.**

A morte ganha, assim, uma significação particular que ultrapassa o simples morrer biológico, ainda que esteja a isso entrelaçada. O campo semântico que se constrói associa a morte à ausência afetiva caracterizada por uma posição de recusa das emoções que definiriam o “humano”: amor, pena, raiva, enfim, as materializações empíricas da constituição histórico-subjetiva inicial. Isto é, existe um universo valorativo histórico-cultural a partir do qual Meursault se constitui pela negativa.

Esse lugar subjetivo encontra-se manifestadamente em crise com o universo circundante e dá espaço para considerações da ordem da anormalidade, da loucura e da monstruosidade. Nesse sentido, a posição

subjetiva de Meursault como aquele que está desprovido de afeto; a construção de um espaço discursivo que toma esse comportamento como morte em vida; e a consequência imediata de estar morto em vida como algo anormal e monstruoso⁴ configuram o processo que subjetiva o personagem na narrativa como indiferente. Vejamos alguns exemplos:

- i. **Tanto fazia** ser ou não amigo dele, e ele parecia realmente ter vontade disso. (CAMUS, 1987, p. 37)
- ii. Tencionava instalar um escritório em Paris, para tratar naquela praça de seus negócios, diretamente com as grandes companhias, e perguntou-me se eu estava disposto a ir para lá. Você é novo e acho que essa vida lhe agradaria. Disse que sim, mas que no fundo **tanto fazia**. (CAMUS, 1987, p. 45-46)
- iii. No fundo, não ignorava que **tanto faz** morrer aos 30 ou aos 70 anos, pois em qualquer dos casos, outros homens e outras mulheres viverão, e isso durante milhares de anos. (CAMUS, 1987, p.114)
- iv. **Que me importavam** a morte dos outros, o amor de uma mãe, **que me importavam** o seu Deus, as vidas que se escolhem, os destinos que se elegem, já que um só destino devia eleger-me a mim próprio e, comigo, milhares de privilegiados que, como ele, diziammeus irmãos. (CAMUS, 1987, p.121)

Alguns pontos fundamentais que deveriam caracterizar “todo e qualquer sujeito” do ponto de vista dos valores dominantes na sociedade retratada no romance ressaltam nos enunciados acima, notadamente, **amizade (Tanto fazia ser ou não amigo dele [...]), vida, espaço** (Tencionava instalar um escritório em Paris [...]. Disse que sim, mas que no fundo **tanto fazia**), **morte** ([...] não ignorava que **tanto faz** morrer aos 30 ou aos 70 anos [...]), **fé** ([...] **que me importavam** o seu Deus [...] ?). Assim, a neutralidade marcada pelos termos **tanto faz** e **que me importavam**, denuncia, ao mesmo tempo, a indiferença característica da morte em vida de Meursault e os valores predominantes na sociedade retratada que vai ser responsável pelo julgamento do personagem.

A tônica da narrativa é, efetivamente, a indiferença como metáfora da morte e o ponto alto dessa correspondência é o assassinato cometido por Meursault e que se justifica por uma condição climática: estava calor. Ponto alto não apenas porque marcado por uma ação significativa do ponto de vista do “clímax”, mas também porque vai ser objeto de uma série de lugares sociais responsáveis pelo julgamento que passam a falar. Falar marcadamente arraigado em valores que se estranham face à indiferença subjetiva que se nega a enfrentar a “angústia da escolha” e o engajamento emocional. Com efeito, dos termos acima destacados que caracterizam a voz de Meursault, podemos construir uma rede de enunciados que questionam a lógica da subjetividade dita “normal” e apresentam a “lógica do monstro”: por que eu tenho que amar minha mãe? Por que eu tenho que acreditar em Deus? Por que eu tenho que sentir raiva para matar? No entanto, essas perguntas não representam apenas a negação pura e simples das “boas emoções”, mas podem significar

⁴ Voltaremos a isso mais adiante

também a opção pelo não sofrimento. Ora, no horizonte histórico-subjetivo de Meursault, todas essas crenças e emoções representam o sofrimento, a ausência e o não controle.

Há aí outro efeito de sentido que se apresenta: o tempo que se pode viver, a existência de Deus, a vida de outra pessoa, o sentimento de amizade por outro são algo que fogem ao controle do sujeito, que não dependem dele, mas de um sistema anônimo de regras que determinam a própria subjetividade. Face ao que escapa, a indiferença (significada como perda antecipada) parece ser a solução. Podemos pensar nisso como um prenúncio do que se desenvolverá massivamente na França sob a etiqueta do estruturalismo: a descentralização do sujeito; a sobredeterminação do sistema sobre os “sentimentos individuais”; a negação da intencionalidade. Algo de Meursault parece falar nessa posição filosófica posterior: a vontade ou a intencionalidade não importam diante do sistema de regras; então, por que se preocupar? Mais que isso, não é na vontade individual que deve se centrar o olhar filosófico, mas nas regras que se impõem e às quais é preciso resistir.

MEURSAULT NAS TRAMAS DO DISCURSO SOBRE A MONSTRUOSIDADE

De início, voltamos a dar voz a Michel Foucault para discutirmos a relação de poder que fundamenta o exercício da punição que incide sobre o enunciadador-personagem.

[...] podemos colocar o projeto político de classificar exatamente as ilegalidades, de generalizar a função punitiva, e de delimitar, para controlá-lo, o poder de punir. Ora, daí se definem duas linhas de objetivação do crime e do criminoso. De um lado, o criminoso designado como inimigo de todos, que tem interesse em perseguir, sai do pacto, desqualifica-se como cidadão e surge trazendo em si como que um fragmento selvagem de natureza; aparece como o celerado, o **monstro**, o louco talvez, o doente e logo o ‘anormal’. É a esse título que ele se encontrará um dia sob uma objetivação científica, e o ‘tratamento’ que lhe é correlato. De outro lado, a necessidade de medir, de dentro, os efeitos do poder punitivo prescreve táticas de intervenção sobre todos os criminosos, atuais ou eventuais: a organização de um campo de prevenção, o cálculo dos interesses, a entrada em circulação de representações e sinais, a constituição de um horizonte de certeza e verdade, o ajustamento das penas a variáveis cada vez mais sutis, tudo isso leva igualmente a uma objetivação dos crimes e dos criminosos. (FOUCAULT, 2005, p.85)

Desqualificado como cidadão, subjetivado como um fragmento selvagem de natureza, identificado como homicida, portanto monstro, o personagem-enunciador é enredado numa trama discursiva que ao mesmo tempo em que é considerado um “anormal”, é conduzido à pena máxima: a morte por decapitação. Os vestígios da anormalidade podem ser apreendidos nas relações históricas, nas regras de formação do discurso e nas condições que permitem o aparecimento de certos enunciados na escrita camusiana e o silenciamento de outros.

Entre o crime cometido e a produção subjetiva do criminoso, abrigam-se discursos que historicamente sedimentaram valores de ordem religiosa, cultural e política com relação aos lugares sociais da mãe e do filho. Não há, no projeto camusiano, possibilidades de brechas para a irrupção de novas discursividades nessa relação. Impossibilidade totalmente coerente com as dimensões do absurdo e com a configuração de um personagem que não cede às esperanças, quer divinas quer terrestres, mesmo quando está prestes a

morrer. Daí a narrativa apresentar séries enunciativas que estabilizam as fronteiras dos sentidos que reverberam tradicionais convicções. Vejamos:

- v. Os investigadores tinham descoberto que eu ‘dera provas de insensibilidade’ no dia do enterro de mamãe. (CAMUS, 1987, p.68)
- vi. Perguntou-me se, naquele dia, eu sofrera. Esta pergunta me espantou muito e parecia-me que ficaria muito constrangido se tivesse de fazê-la a alguém. Entretanto, respondi que perdera um pouco o hábito de me interrogar a mim mesmo e que era difícil dar-lhe uma informação. É claro que amava mamãe, mas isso não queria dizer nada. Todos os seres normais tinham, em certas ocasiões, desejado, mais ou menos, a morte das pessoas que amavam. (CAMUS, 1987, p.69)
- vii. [...] perguntou-me se poderia dizer que, no dia, eu controlava os meus sentimentos naturais. - Não, porque não é verdade – respondi. Olhou-me de modo estranho, como se eu lhe inspirasse certa repulsa. (CAMUS, 1987, p.69)
- viii. Sim, os senhores jurados saberão formar a sua opinião. E concluirão que um estranho podia oferecer café, mas que um filho devia recusá-lo, diante do corpo daquela que o dera à luz. (CAMUS, 1987, p.93)
- ix. Senhores jurados, no dia seguinte à morte de sua mãe, este homem tomava banho de mar, iniciava um relacionamento irregular e ia rir diante de um filme cômico. (CAMUS, 1987, p.96)

A posição de sujeito move nessas sequências na direção de outros enunciados que definiram lugares valorizados e perseguidos na história da maternidade, principalmente aqueles inscritos no discurso religioso. A imagem sacralizada da *Virgem Maria* figura no imaginário como ícone do ideal materno, emblema da virtude e da salvação, impondo em muitas culturas uma relação direta entre a maternidade e a devoção/sofrimento. Assegurando uma ordem social e moral-religiosa, os discursos em torno daquela que “nos dá à luz” associam a mulher-mãe à abnegação e o filho, por sua vez, ao reconhecimento e à gratidão. A subversão desses lugares ameaça a desejável harmonia familiar e coloca em perigo a sedimentação dos saberes e das formas de agir forjados no cerne dessa instituição.

Na dinâmica da repetição dos enunciados destacados, assinala-se a determinação das formações discursivas que engendram a “insensibilidade”, o desejo “natural” da morte da mãe, a ausência de sentimentos naturais concernentes ao amor fraterno, as condutas indevidas diante do corpo morto da mãe, além das atitudes do dia seguinte ao funeral, dentre muitos outros diluídos na narrativa. Partindo do princípio de que os sujeitos estão inevitavelmente inseridos num determinado contexto, momento e espaço sociais, pois o que se diz não é dito de qualquer lugar ou por qualquer sujeito, ou seja, há que se considerar, necessariamente, o enunciado no “jogo de uma exterioridade” (FOUCAULT, 2007, p.139), importa atentar para os efeitos de sentido desses enunciados nesse jogo que implica identificações da anormalidade. Isso porque, evidentemente, o personagem-enunciador assume a posição sujeito de filho desleal, insensível, cruel, desviando-se

daqueles atributos estereotipados no imaginário que convalidam as tradicionais e desejáveis condutas. A produção de efeitos de exaltação negativa culmina no seguinte enunciado:

- x. Afinal, ele é acusado de ter enterrado a mãe ou de matar um homem?
[...] O promotor endireitou-se outra vez, ajustou a beca e declarou que era preciso ter a ingenuidade do ilustre defensor para não sentir que entre as duas ordens de fatos havia uma relação profunda, patética e essencial.
- Sim – exclamou ele com veemência – acuso este homem de ter enterrado a mãe com um coração criminoso. (CAMUS, 1987, p.99)

Os efeitos de sujeito apreendidos nos jogos de linguagem e nas relações interdiscursivas nos remetem ao lugar social do filho que enterra “a mãe com um coração de criminoso”. Entrelaçam-se nesse lugar sentidos que, de um lado evocam a identidade de um parricida e de outro, estabilizam a imagem “do celerado [...] do louco talvez, do doente e logo do ‘anormal’” (FOUCAULT, 2005, p.85). O sujeito emerge como um filho indesejável, fazendo ecoarem os discursos da monstrosidade, da desordem da lei natural que tocam, abalam, inquietam “o direito civil, o direito canônico ou o direito religioso” (FOUCAULT, 2002, p. 79). Mais precisamente sobre o parricida, lemos:

- xi. Estou convencido, meus senhores – acrescentou, elevando a voz – de que não acharão o meu pensamento excessivamente audacioso, se lhes disser que o homem que está sentado naquele banco é também culpado do crime que o tribunal vai julgar amanhã. E como tal deverá ser castigado. (CAMUS, 1987, p.104)

O julgamento a que se refere o promotor nesse enunciado é o de um réu acusado do “mais abominável dos crimes: o assassinio do próprio do pai” (CAMUS, 1987, p. 103). Diante da insensibilidade de Meursault, colocam-se em discurso formulações enunciativas atravessadas, mais uma vez, pelos efeitos de identificação da monstrosidade dos sujeitos; prestigia-se a impossibilidade de reintegração social; propõe-se um recobrimento da subjetividade “dócil” por uma espécie de demonstração da verdade que descobre no réu o “vazio de um coração”:

- xii. Mas, no que se refere a este tribunal, a verdade negativa da tolerância deve transformar-se na virtude menos fácil, mas mais elevada da justiça. Sobretudo, quando o vazio de um coração, assim como o que descobrimos neste homem, se torna um abismo onde a sociedade pode sucumbir. (CAMUS, 1987, p.103)

Enfim, os motivos que condenam o réu estão claros: foram suas atitudes em relação à mãe, associadas ao ateísmo, ao ceticismo e ao niilismo constitutivos do personagem camusiano que instauram a figura do criminoso, apontando suas motivações e transformando tudo isso em componentes essenciais para a punição capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Foucault (2002) esclarece a construção histórica do sujeito monstro, para além das deformidades físicas, ele postula que no domínio da anormalidade constrói-se um espaço jurídico-biológico no qual o anormal viola não somente as leis da sociedade, mas também as leis da natureza. Contudo, o monstro é um fenômeno extremo e raro que atravessa o limite, o ponto de inflexão da lei, combinando “o impossível com o proibido” (FOUCAULT, 2002, p.70).

Porque transgressor de qualquer elemento considerado natural, o anormal embaralha os limites e, em decorrência, provoca um sistema de violação e um desafio ao direito. Nesse sentido, os enunciados analisados neste estudo dão relevo à existência de um sujeito que transgredir a lei natural de “amar e respeitar” a mãe, inscrevendo-se na problemática da anomalia e circunscrevendo-se na rede de poder-saber que implicam embates com relação aos discursos conservadores presididos por instâncias superiores.

Sendo assim, Meursault pode ser pensado como sujeito que escapa às verdades do universo discursivo do qual faz parte bem como das regras que se impõem sobre ele. A morte de Meursault representa não apenas a condenação do criminoso, mas a intolerância da sociedade face ao diferente, ao que escapa às normas e regras. Objeto do saber jurídico e religioso, o sujeito não pode não sentir.

REFERÊNCIAS

- CAMUS, A. *O Estrangeiro*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- FOUCAULT, M. “O sujeito e o poder”. In: RABINOW, P.; GREYFUS, H. Michel Foucault. *Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.
- _____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- _____. “Poder e Saber”. In: MOTTA, M.B. (Org.). *Ditos e Escritos IV*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.223-240.
- _____. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARTIGO RECEBIDO EM: 23 jan. 2013.

ARTIGO ACEITO EM: 20 abr. 2013.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA: KOGAWA, João Marcos Mateus & WITZEL, Denise Gabriel. O Estrangeiro na ordem do discurso: sujeito e poder. *Revista Criação & Crítica*, n. 10, p. 63-73, maio 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/criacaoecritica>>. Acesso em dd mmm aaaa.